

Manifesto do Partido Operário Revolucionário Aos trabalhadores e à juventude

A crise capitalista agigantará a barbárie, responder com o programa da classe operária

O 10º Congresso do Partido Operário Revolucionário, realizado nos dias 10 e 11 de janeiro, discutiu e aprovou resoluções sobre a crise que abala o capitalismo mundial e como se manifesta no Brasil. Chegou-se à conclusão de que não se trata de um simples mal estar, que logo passará. Ao contrário, a classe operária, demais trabalhadores e a juventude devem esperar o pior possível. O que significa preparamos a luta imediatamente. Não há um segundo a perder. Estamos atrasados frente aos ataques patronais!

As lideranças sindicais vendidas ao patronato e submetidas ao governo de Lula espalharam no passado a ilusão de que o capitalismo tinha se tornado estável. Agora, fazem o mesmo, dizendo que os assalariados não devem se desesperar, que devem continuar gastando e fazendo crediários para manter o crescimento econômico. Os burocratas que controlam a CUT e a Força Sindical desarmaram a classe operária diante da classe capitalista aceitando os acordos de flexibilização do trabalho. Diziam que era melhor reduzir os salários, aceitar os Bancos de Horas, os PDVs, PLRs, terceirização etc., para se manter o emprego. Assim, ajudaram os exploradores a lucrarem mais; e as demissões continuaram. Desarmaram os operários para a luta. Diante da brutal crise, querem nos manter de mãos e pés atados.

Os capitalistas, por sua vez, estão bem preparados. Lucram imensamente com a alta produtividade e com o crescimento. Encheram os cofres, enquanto que a população trabalhadora continuou pobre e miserável. Agora, podem destruir parte das riquezas. Os empresários já têm seus planos: vão demitir em massa. A Vale do Rio Doce saiu na frente, com fechamento de mineradoras e demissões. Esse é o caminho que seguirá a toda a burguesia. Mas seus planos são maiores. Querem que as lideranças sindicais vendidas assinem acordos de suspensão do trabalho, com salários rebaixados ou até mesmo sem nada. A Renault tomou a dianteira. Os burocratas dos sindicatos correram a aceitar a suspensão temporária, que depois se transformará em demissão definitiva. Esta é uma armadilha para manter os operários desarmados para a luta.

O governo correu a proteger o grande capital e os banqueiros. Diz que, ajudando as montadoras, a construção civil e a agroindústria, estará ajudando os trabalhadores. Os burocratas sindicais pedem ao governo que só ajude os empresários que se comprometam a não demitir. Falsos. Os capitalistas vão embolsar o dinheiro e demitir segundo seus planos. Os milhões de empregos criados nos últimos anos apenas repuseram parte dos milhões de postos de trabalho destruídos na crise de fins da década de 1990. Milhões de famílias enfrentam o desemprego crônico. Agora, a crise volta à destruição massiva de postos de trabalho. O desemprego é a face mais visível da barbárie capitalista. Em tempos de crescimento econômico, a barbárie permanece; em tempo de crise, se agiganta. Desemprego, fome e miséria – eis o que o capitalismo reserva aos trabalhadores.

A classe operária tem de se levantar unida, com um só punho fechado, sob a bandeira de nenhuma demissão, emprego a todos. Temos uma poderosa arma para enfrentar a crise e o desemprego: a mobilização coletiva, a ação direta, a greve, a ocupação de fábrica. Temos de ir à luta! A passividade serve aos nossos opressores, aos exploradores. Os trabalhadores estão diante da necessidade de defender-se contra a sua destruição física e de sua família. Aos burgueses só importa proteger seu capital, não importa se os desempregados vão cair na miséria. A classe operária tem o dever de se defender como a classe que produz toda a riqueza. Não permitiremos que os capitalistas nos tirem o direito mais elementar que é o trabalho.

A crise mundial do capitalismo arrastará o Brasil como um barco à deriva no mar. A burguesia brasileira não tem como evitar a desintegração econômica. Já demonstrou que aceitará as exigências das potências, encabeçadas pelos Estados Unidos. O que resultará em quebras industriais e comerciais. Um grande retrocesso está por vir. As conseqüências recairão sobre a maioria explorada, ou seja, sobre os operários, camponeses, pequena burguesia urbana e juventude. Está aí por que temos de ir à raiz da crise. Na raiz está a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho, que não mais permitem desenvolver as forças produtivas. A gigantesca riqueza acumulada e a pobreza da maioria se assentam nas relações de propriedade, que acabam precipitando em profundas crises. A tendência à estagnação econômica geral do capitalismo monopolista é própria de nossa época. A crise que explodiu nos Estados Unidos e avançou rapidamente para o mundo mostra que a grande propriedade monopolista é uma poderosa trava ao progresso das forças produtivas. A humanidade está diante da crise histórica do capitalismo.

A classe operária está obrigada a iniciar o combate pela defesa do trabalho, mas não pode parar aí. O esgotamento histórico do capitalismo impõe ao proletariado e a todos oprimidos a grande tarefa de transformar a propriedade privada em propriedade social, coletiva, socialista. Aqui está a essência do programa da classe operária para a crise. O programa dos partidos da burguesia e da burocracia sindical que os segue é o de manter a propriedade e a exploração. Para mantê-los, frente à sua desintegração, a burguesia recorre à barbárie: destruição de postos de trabalho, fechamento de fábricas, demissões em massa e guerras. Por isso, a burguesia teme que a classe operária se una em luta pelo emprego e salário e avance contra a propriedade capitalista. Os sindicalistas capachos e os politiquieiros reformistas têm a função de bloquear a ação direta das massas, sabendo que a luta de classe conduz inevitavelmente os explorados a se chocarem contra a propriedade e a exploração.

A crise é mundial. Nenhum país escapará. A conseqüência está em que o proletariado mundial será atacado em seu conjunto. Nos Estados Unidos, Europa, Japão, China, as demis-

sões em massa mostram que os trabalhadores estão diante de uma crise social sem precedente. Temos de tirar as conclusões à altura da situação catastrófica. A luta em cada país tem de se transformar imediatamente em movimento internacional de defesa da vida das massas e de combate por expropriar a grande propriedade e torná-la coletiva, controlada pela sociedade de trabalhadores, sem explorados e exploradores. A resposta da classe operária à crise estrutural começa no país, mas deve se desenvolver internacionalmente.

A classe operária está desorganizada e controlada pela política burguesa. A luta contra as medidas da burguesia exige o enfrentamento com a burocracia sindical. Sem independência política, os explorados ficarão a mercê da política econômica dos capitalistas e terão de suportar a barbárie. Temos de construir o partido da revolução proletária para conquistar a independência política, de classe. O partido tem o programa de expropriação revolucionária da grande propriedade. Por não ter ainda o partido marxista-leninista-trotskyista, a classe operária estará em grande desvantagem para se confrontar com os ataques da burguesia. O 10º Congresso Nacional do POR convoca os operários, camponeses, demais assalariados e a juventude a combater a barbárie construindo o partido. A vantagem dos explorados está no programa conquistado pelo movimento mundial do proletariado. O Programa de Transição da IV Internacional sintetiza longa experiência de combate ao capitalismo.

Enfrentemos a crise com luta, independência política e com o programa da classe operária:

- rejeitemos as demissões e suspensões, pela organização imediata dos comitês de fábrica e de bairro para impulsionar a ocupação das fábricas que demitam ou suspendam; bloquear as estradas, as pontes, e aplicar todas as medidas necessárias para impedir que os patrões nos deixem sem trabalho;
- as empresas que fecharem devem ser expropriadas sem indenização e colocadas em funcionamento sob controle operário coletivo;
- rejeitamos todos os acordos, todas as negociações dos buro-

cratas com as patronais e com o governo, que resultam em perdas de direitos dos trabalhadores;

- todo o trabalho disponível deve ser distribuído entre todos os trabalhadores, sem afetar o salário, isto é impor a escala móvel de horas de trabalho;
- o salário mínimo vital deve ser o necessário para sustentar uma família de quatro pessoas, escala móvel do salário, não aceitamos redução alguma dos salários miseráveis, os capitalistas tiveram lucros extraordinários nos últimos anos e não querem arcar com sua própria crise;
- a crise não atinge somente os operários; os camponeses e demais oprimidos serão brutalmente afetados. A única solução é acabar com o latifúndio, uma das causas da miséria dos sem-terra e dos pequenos proprietários. Não há como reformar o capitalismo apodrecido;
- o comércio exterior e o sistema financeiro devem ser nacionalizados sem indenização. Todos os recursos devem ser utilizados para defender o emprego, bloquear imediatamente os negócios dos setores parasitários. Nenhum subsídio aos capitalistas;
- o orçamento para saúde, educação, moradia etc. não deve ser cortado, pelo contrário deve atender todas as necessidades, a previdência deve ser sustentada só pelos patrões;
- estas medidas elementares de defesa dos trabalhadores e oprimidos em geral não serão resolvidas pelo governo, nem pelo Parlamento, só poderão ser impostas pela ação direta da classe operária e das massas em sua própria defesa, com seus próprios métodos de luta. É necessário garantir a unidade dos trabalhadores empregados e desempregados, partes de uma mesma classe. Não devemos esperar nada das direções sindicais burocráticas que são cúmplices da crise e bloqueiam de todas as formas a resposta independente dos trabalhadores. A luta deve ser organizada a partir das bases, organizando as assembléias em cada setor e levando a solidariedade aos que já resistem;
- a sobrevivência do capitalismo só leva a uma maior barbárie. Sobre os escombros do capitalismo, construamos a sociedade socialista.

CUT foi pedir socorro a Lula

As demissões não param. A classe operária está sendo violentamente atingida com a queda na produção. Os patrões respondem à crise econômica por meio das demissões em massa. Os discursos alentadores de Lula de que não há motivo para as demissões não se sustentam. Aumenta a pressão dos demitidos e os que estão ameaçados sobre as direções sindicais. Ficou mais difícil para os burocratas fazerem acordos às costas dos trabalhadores. Estão obrigados a radicalizar em palavras contra as empresas que demitem e a convocar manifestações de protestos. Mas por detrás preparam a traição contra o proletariado. Para que isso ocorra, necessitam ganhar algum apoio das bases, para em seguida aceitarem os acordos malditos. Essa política da burocracia não é nova. A experiência com a flexibilização do trabalho, imposta desde o governo FHC, certamente ainda não se esgotou. A burocracia continua a usá-la em nome da defesa do emprego. Entretanto, a crise é

brutal e poderá abrir os olhos dos trabalhadores sobre a armadilha da burocracia.

A CUT pretendia que Lula desse uma resposta concreta para que as demissões fossem brecadas. Para isso, apresentou um conjunto de propostas “possíveis” de ser implantado pelo seu governo. Eis as principais:

1. “Redução constitucional da jornada máxima de trabalho para 40 horas”. Essa reivindicação assegura o emprego a todos? É claro que não. A burocracia sabe disso, mas acredita que é “mais fácil” de obter por meio de uma revisão constitucional. Lula daria um empurrão e os deputados votariam a favor dessa jornada. Portando, é falso a primeira proposta de “nenhuma demissão, estabilidade no emprego”, conforme consta em sua carta ao governo.
2. “Ampliação das políticas de geração de emprego nos setores privado e público”. Pretende que Lula crie medidas

que favoreçam a classe capitalista para que possa contratar trabalhadores. As medidas são os subsídios, a queda na taxa de juros e outros incentivos. Como a experiência de dar subsídios ao patronato não resultou em empregos, quer que Lula combine a ajuda com mecanismos punitivos aos patrões mal intencionados. Propõe multas, punições administrativas e taxas aos que pegarem recursos do governo e não aplicarem na economia real. Isso não passa de charlatanice. O exemplo dos banqueiros é recente. O governo deu os recursos e as demissões vieram em seguida. Nenhum governo burguês irá controlar as ações dos capitalistas.

3. “Fim do superávit primário”. A burocracia quer que Lula se negue a cumprir a diretriz imperialista de manutenção desse superávit, que serve como garantia para pagamento das dívidas interna e externa. Boa parte da jogatina praticada pelos especuladores está em função da existência desse excedente. De antemão, a burocracia sabe que Lula não romperá unilateralmente com essa política. O pagamento de bilhões em juros é uma condição de funcionamento do capitalismo. A proposta da burocracia, assim, não é senão tolice. Trata-se de uma fraude política para enganar os trabalhadores.
4. “Fortalecimento da política de valorização do salário mínimo”. O salário mínimo de R\$415,00 é uma miséria. A burocracia quer que Lula continue concedendo algumas quirelas a mais além da inflação do período. Para a CUT, não se trata de exigir o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família.
5. “Reforma Agrária: estabelecimento de limite da propriedade da terra, controle de compra de terras por estrangeiros, combate ao trabalho escravo”. A burocracia quer que Lula atenda algumas reivindicações do MST. Quer que o governo controle o agronegócio e discipline a concentração de terras, sem tocar na propriedade privada. Está aí uma ilusão dirigida aos milhões de camponeses pobres.
6. “Cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério”. A burocracia pretende que Lula enfrente o Supremo Tribunal que deu ganho de causa aos governadores em relação a essa lei. O piso é de dois salários mínimos e uma redução mínima da jornada em sala de aula. Lula fez a Lei, mas está mudo diante das ações judiciais.
7. “Constituição de Câmaras Setoriais”. A CUT propõe retomar uma experiência trágica do passado, que foi a participação das direções sindicais nas Câmaras Setoriais. Acredita que é possível aprovar nesse organismo tripartite (patrão, governo e direções sindicais) acordos que preservem os empregos e os direitos. As Câmaras Setoriais mostraram que servem apenas aos capitalistas e para quebrar a resistência dos explorados.

Resposta de Lula

1. O salário mínimo será de R\$465,00, o que corresponde a um aumento de 5,4% sobre a inflação. A CUT disse que o novo valor respeita o acordo firmado com o governo em fins de 2007. O vergonhoso valor foi tido como vitória. Vitória de quem? Evidentemente, dos capitalistas

que poderão continuar a explorar milhões nessas condições.

2. Lula prometeu fazer uma reunião com os governadores e prefeitos para discutir a redução do ICMS. Trata-se de uma medida de proteção aos capitalistas e não dos assalariados.
3. Em relação às contrapartidas sociais, Lula concordou com a integração das Centrais Sindicais no acompanhamento das empresas que emprestem recursos do FAT e do FGTS. Outra farsa que servirá para justificar a entrega do dinheiro do trabalhador para os capitalistas.
4. Lula garantiu a existência de reuniões periódicas entre governo, empresários e centrais sindicais, uma “espécie de gabinete de acompanhamento da conjuntura e de formulação de propostas”. Portanto, uma grande Câmara Setorial. Não passará de uma ratoeira. Os ratões das centrais comerão o queijo que o governo e os empresários ali distribuirão.
5. Em relação ao pedido da CUT de queda dos juros, Lula ressaltou que o Banco Central tem autonomia. Essa reivindicação é da Fiesp. Os burocratas não assumem as bandeiras próprias da classe operária e são pródigos em assumir às da classe burguesa.

O que os trabalhadores devem tirar como lição

1. Embora a CUT apóie e integre o governo, Lula só encaminhará algumas das reivindicações caso seja do interesse dos capitalistas.
2. Lula quer que a CUT colabore mais ainda com o governo e ajude-o a impor as saídas exigidas pela classe capitalista. Ou seja, acordos de redução do salário e quebra de direitos. Para isso, incorpora-a no tal gabinete de formulação de propostas, dirigido pelos empresários e governo.
3. A classe operária se encontra desarmada para enfrentar a gigantesca crise. A burocracia sindical tem em suas mãos um plano de reivindicação que não é dos explorados, mas sim dos empresários. É preciso superar essa situação com um plano de reivindicação proletário.
4. Responder: a) nenhum acordo de flexibilização do trabalho (redução da jornada com redução de salário, banco de horas e suspensão temporária); b) revogar os acordos de flexibilização já existentes; c) fim dos contratos por tempo determinado e terceirização, estabilidade a todos; d) defender a união entre empregados e desempregados; e) nenhuma demissão; f) escala móvel das horas de trabalho para que haja emprego a todos; g) implantação do salário mínimo vital, que em nossos cálculos deve ser R\$2.750,00; h) convocar assembléias em todos os sindicatos; i) constituir comitês intersindicais regionais e um comitê nacional de luta; j) responder às demissões com greves e ocupações de fábricas; k) frente às demissões, colocar o controle operário da produção; l) unir a classe operária e demais trabalhadores em torno dessa plataforma, criando as condições para a greve geral. m) organizar a luta camponesa pela terra por meio da aliança operária e camponesa

A mobilização realizada pelas Centrais Sindicais pela redução da taxa SELIC é distracionista!

As manifestações pela redução da taxa SELIC alavancadas pelas burocracias das centrais sindicais, no dia 21/01, foi uma enorme cortina de fumaça para tentar esconder dos explorados, o fato de que o capitalismo somente saíra dessa crise estrutural por meio da barbárie e não simplesmente pela redução de uma taxa de juro como querem propagar esses sofistas.

A taxa SELIC - taxa básica de juros da economia - com a redução feita pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) ficou em 12,75% ao ano. Essa taxa está bem distante dos juros práticos no mercado financeiro, seja para as empresas ou para os consumidores finais. Por exemplo, os consumidores encontram no mercado financeiro taxas médias juros de 72,12% ao ano para o empréstimo pessoal e de 111% ao ano para o cheque especial. Essa diferença entre a taxa SELIC e os juros praticados no mercado é o chamado "spread", que se constitui na diferença entre o custo de captação dos bancos e os juros que eles cobram de seus clientes. Desde setembro do ano passado, mesmo com a taxa SELIC inalterada, o "spread" subiu, influenciado pela falta de crédito no mercado e um risco maior de inadimplência nos empréstimos. Portanto, a diminuição da taxa SELIC somente aumentar os lucros dos banqueiros!

É mentirosa a afirmação feita pela burocracia sindical nas manifestações, que com a queda na taxa básica de juros da economia as compras a crédito tendem a aumentar, fazendo a economia crescer. Primeiramente, a capacidade de endividamento dos trabalhadores brasileiros está no seu limite e por parte dos bancos os empréstimos estão mais rigorosos. Os bancos estão neste momento analisando desde a margem consignável (capacidade de endividamento), até o ramo da economia onde o trabalhador está empregado, para somente após conceder o crédito. Em segundo, a economia brasileira não

está baseada no consumo. Isto quer dizer que o Produto Interno Bruto (PIB) do país, indicador que mede a riqueza produzida por uma nação, não sofre uma grande influência do consumo. Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, onde 70% do PIB desse país são movidos pelo consumo. Em terceiro, a lucratividade dos bancos brasileiros não dependem, na sua maioria, do crédito ao consumidor e do setor produtivo. Os banqueiros estão ancorados nos títulos da dívida pública brasileira e imaginar que os bancos saíram deste porto seguro, para depositar as suas reservas no setor produtivo, setor este que a cada dia apresenta indicadores de retração, é imaginar que essas velhas raposas fossem jogar os seus capitais neste mais revoltado que é a economia capitalista no momento.

A conclusão que essas burocracias chegam beira a infantilidade e o desconhecimento do funcionamento da economia capitalista se não fossem criminosas, pois desviam a revolta dos trabalhadores. Acreditar que somente o consumo interno possa fazer com que a indústria retome a sua capacidade produtiva e com isso o nível de emprego voltará a subir afastando assim as demissões que assolam os trabalhadores é uma tolice. O Brasil não é uma ilha isolada da economia mundial, portanto com os países imperialistas em recessão, o peso dessa recessão será despejado nos elos mais fracos da economia mundial que são os países semicoloniais como o Brasil.

Temos que aprovar campanhas unitárias e de massa da classe operária, camponeses e classe média urbana arruinada pelo emprego, salário, terra aos camponeses, direitos trabalhistas e contras os acordos com o patronato. Somente com um programa de reivindicação que parta do emprego e do salário e que combata o capitalismo e que defenda o socialismo poderemos nos livrar da barbárie imposta pelo capitalismo.

É preciso organizar a resistência contra as demissões!

Com o avanço da crise capitalista, a burguesia descarrega sobre os trabalhadores o peso da crise, demitindo-os para que assim possa reduzir os custos e manter os seus lucros. Deste modo, o número de desempregados aumenta a cada dia e a burguesia valse do desemprego massivo para superexplorar os trabalhadores que ainda possuem emprego. O crescimento avassalador do desemprego lança milhares de trabalhadores na miséria e demonstra que o capitalismo não pode sequer mais garantir o direito elementar dos trabalhadores de viverem através do seus salários.

O desemprego no mundo

O desemprego avança por todo o mundo. **Nos Estados Unidos**, desde do início do ano, o fechamento de postos de trabalho já totalizou 1,2 milhão. Mais da metade dessa eliminação do trabalho ocorreu nos últimos três meses com o agravamento da crise econômica. **Na China**, o desemprego está associado ao fechamento das fábricas que são afetadas pela desaceleração das exportações. Os setores mais atingidos foram o de calçados, brinquedos e roupas, que exigem mais trabalho intensivo. No primeiro semestre, em que os efeitos da crise eram menores, na China, já haviam sido fechadas, no mínimo, 67 mil fábricas, segundo as estatísticas oficiais.

A produção industrial caiu no Brasil

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) registraram até o momento, o desemprego de 1,8 milhão de pessoas, nas seis principais regiões metropolitanas do país. Há no Brasil, 41,4 milhões de pessoas em idade ativa e somente 22,2 milhões (53,5%) pertencem à população ocupada (possuem trabalho). Portanto, 19,2 milhões de pessoas (42,2%) estão aptas a trabalhar e não possuem emprego. Esses números se apresentam mesmo com a crise no Brasil estando no início.

A crise fez com que a produção industrial do país caísse 1,7% em outubro frente ao mês anterior, segundo o informe do IBGE. Foi a maior queda observada em relação ao mês anterior desde novembro de 2007, quando a indústria apresentou recuo de 2,1%. Segundo o IBGE, houve queda em todas as categorias de uso. O resultado foi influenciado pela indústria automobilística, que teve férias coletivas decretadas em várias unidades. A Pesquisa Industrial Mensal demonstra que houve recuo na produção em 15 dos 27 ramos pesquisados em setembro, na comparação com o mês anterior. A principal influência veio do setor de outros produtos químicos (-11,6%). Também apresentaram queda os setores de refino de petróleo e produção de álcool (-9%), máquinas e equipamentos (-5,2%) e da indústria automobilística (-1,4%).

Empresas demitem em todo o Brasil

Pelo menos 121,5 mil trabalhadores de vários setores da economia entraram ou devem entrar em férias coletivas neste fim de ano, grande parte antecipada por causa da crise capitalista. Outros 12 mil devem perder emprego nos próximos meses, somando-se aos cerca de 5 mil que já foram demitidos desde novembro. Os maiores impactos são registrados nos setores automobilístico, siderúrgico e de mineração, eletroeletrônico, petroquímico e de papel e celulose, entre outros.

No ABC Paulista, cerca de 85 mil metalúrgicos empregados nas montadoras e em fábricas de autopeças tiveram o período de férias coletivas antecipadas e ampliadas. Em companhias de autopeças da região, 8,2 mil podem perder emprego nos próximos meses, segundo estimativa do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). O Sindipeças apurou, entre as 95 empresas de autopeças consultadas, que 46% vão reduzir os investimentos programados para 2009. Outras 48% informaram que vão manter o que havia sido programado para o próximo ano. Apenas 6% das empresas disseram que irão aumentar os investimentos no País. Com relação a férias coletivas, 100% das empresas informaram parar pelo menos 16 dias em dezembro. Em consequência da crise, a indústria de autopeças chega em dezembro com 223,7 mil trabalhadores, o que significa 8.200 empregados a menos que em setembro, o melhor nível de emprego do ano.

Na Zona Franca de Manaus, as demissões de trabalhadores no mês de novembro aumentaram 132% em relação ao mesmo mês no ano passado. Foram dispensadas 1.580 pessoas em novembro, contra 680 em novembro de 2007, como efeito da retração nas vendas e na produção de produtos como motocicletas e televisores. Em novembro, a indústria de motocicletas Dafra demitiu 490 empregados. A Sundown Yamaha Honda, outra fábrica do setor, também sinalizou com cortes na folha de pagamento. No setor de eletroeletrônicos, ocorreram demissões nas fábricas da Sony, da Semp Toshiba e da Nokia. Mais 1.630 empregados serão demitidos neste mês.

Em Caxias do Sul (RS), as indústrias do setor metal-mecânico demitiram 787 trabalhadores em novembro. Os cortes foram 146% maiores que os 320 efetuados em igual período no ano passado.

Demissões no Paraná

Em Curitiba e região, quase 4 mil devem perder o emprego apenas no segmento metal-mecânico até o início de 2009. A demissão de 430 funcionários da **Volvo** no dia 28/11 é apenas uma amostra de como a crise financeira levará a um enxugamento no emprego nos setores automotivo e metal-mecânico. Dados preliminares de uma pesquisa que está sendo feita pelo Sindicato da Indústria Metal-Mecânica do Paraná (Sindimetal) mostram que as empresas dessa área estimam dispensar cerca de 13,05% de seus funcionários no último trimestre do ano. A Electrolux também dispensou 50 empregados em Curitiba.

Na Bosch, de janeiro até agora, cerca de 800 trabalhadores foram demitidos. Só em uma semana, 200 funcionários foram dispensados da fábrica, que produz bombas injetoras e componentes para o sistema a diesel.

Além da Bosch e Volvo, as montadoras Volks-Audi e Renault, que estão em véspera de férias coletivas, também já começaram a demitir. Cerca de 70 funcionários foram dispensados recentemente.

Mapa das demissões

Volvo

530 pessoas – 430 na fábrica de caminhões e ônibus da Cidade Indus-

trial de Curitiba e 100 na fábrica de caminhões para mineração de Pederneiras, em São Paulo.

Vale

1,3 mil pessoas em todo o mundo. 20% dos demitidos estão em Minas Gerais. Outros 5.500 entraram em férias coletivas escalonadas e 1.200 estão em treinamento para serem realocados dentro da companhia. Atualmente, a mineradora tem 62 mil funcionários no mundo.

Votorantim Celulose e Papel (VCP)

118 pessoas, que trabalhavam na expansão da base florestal no Rio Grande do Sul, que também teve a inauguração adiada.

CSN

Deve colocar 2 mil dos 7 mil funcionários em férias coletivas em Volta Redonda (RJ).

LG Electronics

550 pessoas foram demitidas em Taubaté, no interior de São Paulo.

Banco Safra

200 funcionários que trabalhavam em São Paulo e Osasco (SP).

Citigroup

O Citigroup anunciou corte de 75 mil vagas nesse ano em todo o mundo.

Banco HSBC

200 pessoas trabalhavam num centro administrativo fechado no Rio de Janeiro.

A resposta dos explorados

Os trabalhadores necessitam se organizar em torno do programa do partido revolucionário para defenderem seus empregos. O Programa de Transição combina reivindicações elementares (emprego e salário) com a estratégia de derrubada do capitalismo. Uma de suas reivindicações para o contexto de crise é a resposta certa a ser dada pelos trabalhadores de todo o mundo: EMPREGO A TODOS, ATRAVÉS DA ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO!

A Escala Móvel das Horas de Trabalho consiste na divisão das horas de trabalho disponíveis entre os trabalhadores aptos a trabalhar, sem redução de salário. Os burocratas sindicais de direita e de esquerda dizem que essa reivindicação não pode ser levantada porque “as massas não estão preparadas”. A isso respondemos: as massas estão preparadas para o desemprego, para caírem na miséria, enfim, na barbárie? A importância das reivindicações do Programa de Transição, incluindo a Escala Móvel, é justamente o fato delas combinarem as reivindicações vitais das massas com a estratégia do fim do capitalismo.

É por meio da luta intransigente pela aplicação da Escala Móvel (combinada com defesa do Salário Mínimo Vital e outras reivindicações de garantia da vida) que os trabalhadores se chocarão com os interesses dos capitalistas e avançarão para impor o programa da classe operária.

Em defesa de:

- Salário mínimo vital de R\$ 2.750,00 para cada família assalariada, corrigido automaticamente de acordo com a inflação (escala móvel de salários);
- Escala móvel de horas de trabalho – fim do desemprego com a divisão de todo o trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar;
- Estatização sem indenização e controle operário de todo o sistema financeiro e das fábricas;
- Terra aos sem-terra, fim do latifúndio, estatização sem indenização do agronegócio e controle operário da produção e distribuição de alimentos;
- Saúde, educação, previdência e moradia a todos, fim das redes particulares, sistemas públicos;

Manifesto do POR ao ato contra as demissões em 24/01

Emprego não se negocia, se defende com luta

Companheiros,

Os patrões e os governos estão descarregando o peso da crise econômica sobre a classe operária e demais explorados.

Já é fato: as empresas estrangeiras e nacionais iniciaram as demissões. Também é fato: foram essas empresas que lucraram muito com o crescimento econômico dos últimos anos.

O problema é que a maior parte dos sindicatos está fazendo acordos de redução de jornada com redução de salário, banco de horas ou suspensão temporária. Por esse caminho, não conservaremos nossos empregos e ainda por cima perderemos direitos trabalhistas.

É preciso rechaçar a armadilha da flexibilização do trabalho, montada pelos patrões e pela burocracia sindical vendida.

A classe capitalista acumulou rios de dinheiro às custas da exploração do nosso trabalho. No momento da bonança, fez de tudo para manter os salários arrochados e eliminar direitos por meio da flexibilização do trabalho. Agora, não quer perder um centavo, por isso está pronta para demitir em massa e aumentar a superexploração dos que permanecerem nas empresas.

Mas isso não é novidade. Patrão é o dono dos meios de produção (fábricas, matérias-primas etc) e, por isso, usa esse poder para manter a lucratividade. No momento em que tudo corre bem, explora ao máximo. No momento de crise, faz o mesmo.

Os governos governam para a classe que detém os meios de produção. Não por acaso, as primeiras medidas foram de ajuda aos banqueiros e às multinacionais.

Por isso, a defesa do emprego depende unicamente da nossa força, que é a maioria. Embora sejamos maioria, estamos dispersos em nossos locais de trabalho. É preciso superar nossa divisão para enfrentar os ataques patronais. A unidade dos

trabalhadores será alcançada pelas decisões de assembléias, que iniciam nas fábricas e que devem se tornar assembléias gerais.

A experiência já nos indicou: os acordos para garantir empregos não resultaram em estabilidade. O patronato fez e fará de tudo para que aceitemos a redução do salário em troca de alguns empregos. Quer que os acordos sejam por empresa para que nossa força seja menor. Depois do acordo assinado, o emprego não estará assegurado. Será a força das assembléias que impedirá que as direções sindicais aceitem os acordos de demissão e quebra de direitos.

Há um outro ponto também muito importante: a luta pelo emprego tem de ganhar as ruas, não pode ficar limitada às fábricas. As manifestações de rua unem os trabalhadores com a população explorada, que sofre diretamente o desemprego em sua casa.

A classe operária tem de responder ao desemprego unida, sob a bandeira de nenhuma demissão, emprego a todos.

Enfrentemos a crise com luta. A passividade é nossa inimiga.

Levantemos nosso programa de defesa do emprego:

1. Rejeitar os acordos de demissão e suspensão do trabalho;
2. Não aceitar cortes nos salários.
3. Estabilidade a todos.
4. Implantação da escala móvel das horas de trabalho, que é a divisão das horas de trabalho disponíveis entre todos aptos para o trabalho.
5. Convocar assembléias gerais. Formar os comitês de defesa do emprego. Ocupar as fábricas que demitem.
6. Campanha nacional em defesa do emprego e do salário.

Defender os empregos por meio da luta direta

O Ministério do Trabalho divulgou dados, que indicam a perda de 655 mil postos de trabalho, no mês de dezembro. Certamente, são muito mais. Há uma quantidade enorme de assalariados de pequenas empresas que estão fora das estatísticas oficiais.

A suspensão temporária dos contratos - medida que já consta na CLT, permite que os patrões não paguem os salários por até cinco meses e não recolham os encargos sociais (INSS e FGTS) - vem sendo usada. A Renault recorreu a essa medida e suspendeu mil operários e a Philips (Manaus) suspendeu 460

trabalhadores. A bolsa-qualificação, que é no valor do salário mínimo, é paga com o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Portanto, o patrão suspende e não tem nenhum gasto. Os capitalistas exigem que seja modificada essa lei, ampliando a suspensão por até 10 meses. Dizem que a suspensão é um direito e que a redução dos salários também é lei, prevista pela Constituição de 1988. Para isso, basta um acordo coletivo com os sindicatos. Terminado o período de suspensão, ainda podem recorrer às demissões. Esse é um dos exemplos da flexibilização do trabalho. Sem precisar

fazer a Reforma Trabalhista, a burguesia impôs leis em favor do capital e de aumento da superexploração do trabalho. A burocracia sindical corrompida facilmente assina os acordos.

O problema não pára aí. Milhares estão sendo ameaçados e outros tantos estão em férias coletivas. A Fiat (MG) novamente colocou 800 operários em férias coletivas, depois de ter imposto a mesma medida no início de dezembro e janeiro. As 14 fábricas de autopeças que são fornecedoras da Fiat exigem a flexibilização de contratos, banco de horas e redução da jornada de trabalho. A

General Motors já deu 5 férias coletivas, desde o agravamento da crise econômica no mês de setembro. A multinacional prepara mais demissões, só não foi ainda mais a fundo devido à resistência dos operários.

Somente a Vale do Rio Doce demitiu 15 mil trabalhadores terceirizados vinculados à produção de minério e 2 mil operários diretamente ligados à empresa.

O setor automotivo e de autopeças paulistas foram os que mais demitiram no mês de novembro, 34 mil operários perderam seus postos de trabalho. O sindicato de Campinas anunciou que o desemprego vem batendo recorde. Só no mês de dezembro, as homologações cresceram em 100% em relação ao mesmo mês de 2007. Denunciam que as demissões são muito maiores,

haja vista que a homologação só ocorre para aquele trabalhador com mais de 12 meses de registro em carteira. A Amsted Maxion, que produz vagões e estruturas soldadas demitiu 700 em Hortolândia e 600 em Osasco. A Tyco Dinaço fechou a fábrica de tubulação, acabando com 162 postos de trabalho. No ABC, a TRW fechou 200 postos de trabalho. A Valeo de Guarulhos demitiu 227 operários.

Essa descrição ainda diz pouco do que vem ocorrendo. **Os empresários usam a justificativa clássica de que não querem demitir, mas a crise não deixa outra alternativa. As primeiras levas de demissão estão sendo usadas pela burguesia para atrair a burocracia sindical e convencer os operários de que o melhor é aceitar acordos de flexibilização. A burocracia vem atendendo**

prontamente aos chamados patronais. Na fábricas em que as demissões ocorrem, os burocratas fazem pequenos atos de protestos. Evitam convocar as assembleias gerais e organizar um só movimento de resistência à destruição de postos de trabalho.

Os atos promovidos pela CUT e Força Sindical têm por objetivo defender acordos de flexibilização e medidas governamentais que ajudem os capitalistas, a exemplo da redução da taxa de juros. Esses atos inócuos para brevar as demissões, no entanto, são bons para potencializar as posições da Fiesp frente ao governo e ao Banco Central. A tarefa que se coloca é de intervir em toda parte se contrapondo à política de colaboração da burocracia sindical, defesa das reivindicações dos trabalhadores e luta pela independência de classe.

Acordo realizado em Manaus: vitória de quem?

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas e dirigente da CUT considerou uma vitória dos trabalhadores o acordo envolvendo 40 indústrias do pólo termoplástico de Manaus. Os patrões ameaçaram com 2,1 mil demissões. O governador aceitou a renúncia fiscal de 10 milhões de Reais do Imposto sobre Circulação de mercadorias (ICMS) sobre energia elétrica. As pequenas empresas do setor terão crédito de 10 milhões. Em troca, os patrões não demitiriam até o mês de abril, menos de três meses de estabilidade. Portanto, quem ganhou foram os patrões. O adiamento das demissões por três meses é mais uma traição da burocracia sindical.

Burocracia fez acordo em Taubaté

A multinacional da Volks em Taubaté (SP) fez um acordo com o sindicato da CUT. O acordo prevê o Banco de Horas, a efetivação de 450 trabalhadores, a

renovação do contrato de 200, a demissão de 150 (contratos não prorrogados) e, caso tenha que demitir os primeiros que perderão o emprego são os contratados. Vitória de quem? Só pode ser da empresa, que demitiu, conseguir manter o banco de horas e ficou com a faca e o queijo na mão para continuar a demitindo. A burocracia sindical se recusou a organizar a resistência para defender o emprego a todos.

Traição da burocracia da Força Sindical

Os operários da Tyco Dimaço receberam em casa os telegramas de demissão. A empresa fechou a fábrica, demitindo 162 trabalhadores.

Reação dos operários: tentaram ocupar a fábrica.

Reação da burocracia do sindicato: negociar um pacote de benefícios aos demitidos. Diante da recusa dos operários, os burocratas abandonaram a proposta do pacote. Mas convenceram os demitidos a ficarem acampados na frente da fábrica enquanto negociam com os patrões. Está aí o papel da burocracia vendida: quebrar a ação coletiva dos operários de defesa do emprego.

Os operários têm de enfrentar os patrões e combater os burocratas sindicais que servem de correia de transmissão da política patronal.

Mais traição

O presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (Força Sindical) aceitou o acordo na autopeças Indebrás. Pelo acordo, haverá a suspensão do contrato de trabalho por 5 meses e imposição da bolsa-qualificação. Os operários mais velhos de empresa foram suspensos. O pelego do sindicato considerou vitória e disse que esse acordo servirá de modelo para os próximos.

Discurso de pelego

Marcelino da Rocha, presidente do sindicato metalúrgico de Betim, diante das férias coletivas da Fiat e das exigências de 14 empresas de autopeças, respondeu: "Admitimos flexibilização, com banco de horas, redução de jornada e de salários. Mas nossa contrapartida é a garantia de emprego". Mentiroso. Não haverá estabilidade. Depois de assinado o acordo que penaliza os salários e quebra direitos, virão as demissões.

Bancários – Paraná

É preciso organizar a resistência contra as demissões!

Nos últimos 12 meses, encerrados em setembro de 2008, a taxa de crescimento das operações de crédito no País atingiu 34%, um crescimento em relação à taxa acumulada até agosto, de 31,8%. Os empréstimos efetuados com recursos livres, respondem por 71,9% do total do sistema financeiro, totalizaram R\$ 826 bilhões em setembro de 2008. Mas desde a metade de setembro, os mercados de crédito praticamente congelaram, o que forçou o governo a adotar uma série de medidas, entre elas leilões de moeda estrangeira voltados especificamente para o financiamento de operações do comércio exterior, tudo isso para proteger os banqueiros! O aumento do crédito em setembro foi acompanhado de uma elevação na taxa média de juro praticada pelas instituições no período. De acordo com os dados apurados pelo BC, a taxa média de juro em setembro ficou em 40,4% ao ano, ante 40,1% em agosto. Para as empresas, os bancos cobraram, em média, um juro de 28,3%, mesmo patamar de agosto. Para as pessoas físicas, a taxa em setembro ficou em 53,1%, ante 52,1% no mês anterior.

Nos dados do ultimo trimestre de 2008 e do início de 2009, já se pode perceber o impacto da crise internacional na oferta de crédito no País. Os juros para empréstimo pessoal e cheque especial caíram em janeiro, segundo levantamento da Fundação Procon (SP). A pesquisa analisou as duas modalidades em dez instituições financeiras (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú, Nossa Caixa, Real, Safra, Santander e Unibanco). No empréstimo pessoal, a taxa média dos bancos pesquisados foi de 6,01% ao mês (a.m.) - queda de 0,24 ponto percentual em relação a dezembro. Já no cheque especial a taxa média foi de 9,25% ao mês ficando 0,08 ponto percentual abaixo do registrado no mês anterior. A única elevação no cheque especial partiu da Nossa Caixa, que alterou de 8,50% para 8,80% ao mês. Lembrando que os dados coletados referem-se a taxas máximas pré-fixadas para clientes não preferenciais. Os bancos reduziram o valor disponível para empréstimo e a análise para concessão dos empréstimos está mais rigorosa. Por parte dos clientes, esses têm adotado comportamento mais cauteloso com a crise e os eventuais efeitos sobre a economia brasileira.

Diante deste cenário, os bancos começaram a demitir, para preservar os seus lucros e se reestruturarem internamente para que possam ganhar ainda mais com a crise capitalista. O Grupo Santander Brasil anunciou 400 demissões: o banco espanhol demitiu, no dia 15/01, bancários dos centros administrativos do Santander e do Real. Em Curitiba, o HSBC anunciou no dia 16/01 à demissão de 100 bancários das duas sedes administrativas do banco na cidade. Ao todo, o são 3 mil funcionários que estão lotados nos centros administrativos Xaxim e Kennedy. O banco já soma 180 demissões nas sedes administrativas, que concentra os seus serviços internos. O motivo da dispensa dos funcionários, segundo a direção do banco, seria a crise econômica mundial e a transferência de departamentos para São Paulo. O Unibanco também está demitindo os trabalhadores,



Trabalhadores demitidos protestam na porta da fábrica em São Paulo

principalmente aqueles que retornam de licença-saúde.

Com o avanço da crise capitalista, a burguesia descarrega sobre os trabalhadores o peso da crise, demitindo-os para que assim possa reduzir os custos e manter os seus lucros. Deste modo, o número de desempregados aumenta a cada dia e a burguesia vale-se do desemprego massivo para superexplorar os trabalhadores que ainda possuem emprego. O crescimento avassalador do desemprego lança milhares de trabalhadores na miséria e demonstra que o capitalismo não pode sequer mais garantir o direito elementar dos trabalhadores de viverem através do seus salários. Neste momento de crise podemos constatar a subserviência do governo aos interesses do capital financeiro e que os mecanismos criados pela burguesia, afim de, iludir os trabalhadores, são jogados na lata do lixo, como por exemplo, da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que proíbe dispensas imotivadas em empresas lucrativas.

Uma de suas reivindicações para o contexto de crise é EMPREGO A TODOS, ATRAVÉS DA ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO! A Escala Móvel das Horas de Trabalho consiste na divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre os trabalhadores aptos a trabalharem, sem redução de salário. Os burocratas sindicais de direita e de esquerda dizem que essa reivindicação não pode ser levantada porque “as massas não estão preparadas”. A isso respondemos: as massas estão preparadas para o desemprego, para caírem na miséria, enfim, na barbárie?

A CONTRAF/CUT deve convocar todos os seus sindicatos para promover em todo o país manifestações de protestos contra as demissões nos bancos e organizar a luta pela reintegração de todos os demitidos no setor bancário!

Em defesa:

- De uma campanha nacional de mobilização pela reintegração de todos os demitidos no setor bancário!
- Emprego a todos, através da escala móvel de horas de trabalho!

Os acordos de “suspensão” de contrato de trabalho não evitarão as demissões!

O que temos presenciado desde último trimestre de 2008 é um ataque escancarado aos direitos mais elementares dos trabalhadores. Os direitos trabalhistas não são dádivas do Estado e sim conquistas sociais contra a superexploração do trabalho, que foram arrancadas dos capitalistas por meio da luta de classe, ou seja, de greves e manifestações de massa. As direções dos sindicatos têm acatado as pressões do patronato e fecharam acordos que dilaceram as conquistas sociais dos trabalhadores e geram ainda mais vantagens para os exploradores.

A Renault foi a primeira montadora a assinar, no dia 05/01, quando os operários retornavam das férias coletivas, um acordo de suspensão dos contratos de trabalho. A suspensão afetou todos os operários do segundo turno da produção da montadora (700 operários) e uma parte do primeiro turno (outros 300 operários). Com a suspensão dos contratos, a fábrica de São José dos Pinhais (PR) funcionará em apenas um turno, com a produção diária de 300 carros. O número de operários afetados pela medida representa 40% do chão de fábrica da Renault. Esta suspensão dos contratos de trabalho durará cinco meses.

O durante esse período de “suspensão” dos contratos, os operários terão parte da remuneração paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o restante virá da empresa. Isto é tudo que os patrões queriam, pois os recursos do FAT são oriundos das contribuições dos assalariados. Com esse contrato maldito assinado, instala-se a situação de que os assalariados brasileiros pagarão parte dos custos da fábrica para multinacional francesa. Nesse período em que o contrato estiver suspenso, os trabalhadores deverão receber treinamento da empresa. Esses cursos de requalificação de mão-de-obra com dinheiro do FAT são velhos conhecidos dos operários, pois eram utilizados até então pela burocracia sindical para reforçar a mentira dos patrões e do governo de que existem muitos desempregados porque estão desqualificados. Agora, esses cursos servem somente como um engodo, pois esses trabalhadores estão bem capacitados para o trabalho, uma vez que sua formação tem sido feita na própria indústria, onde são explorados. E mesmo assim aumentaram o exército de desempregados existentes no país depois dos cinco meses, pois a economia capitalista caminha no sentido de destruir postos de trabalho e não o contrário.

Londrina-PR

Aumento da tarifa do ônibus no fim do mandato prova conluio do PT com empresas

O prefeito de Londrina pelo PT, Nedson Micheletti, quis se despedir do cargo de uma maneira diferente. Em vez de evitar polêmicas e sair de fininho, decretou mais um aumento da tarifa do transporte coletivo. Quando ele entrou na prefeitura, no primeiro mandato, em 2000, a tarifa custava R\$1. Ao sair, já havia dobrado valor, e decretou, para o dia 28 de dezembro de 2008, o aumento para R\$2,25 (quem comprasse com o cartão, pagaria R\$2,12). Esta medida impopular, que poderia ter sido deixada para o próximo prefeito, só mostra o quanto o PT se afundou nas negociatas com a Grande Londrina (empresa que tem a concessão do serviço de transporte). O saque ao bolso

Organizar imediatamente a luta contra as demissões!

O desemprego se deve à crise do capitalismo e à impossibilidade desse sistema econômico manter e criar novos empregos. Diante deste cenário, as centrais sindicais e seus sindicatos não organizam nenhum movimento de resistência coletivo e unitário dos metalúrgicos para enfrentar a destruição de postos de trabalho.

Os operários já sentem o peso da ação unificada do governo e dos patrões para descarregarem a crise econômica nas suas costas. Em face do desemprego, temos que responder com a defesa da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Aplicar o critério de escala móvel das horas de trabalho. Ou seja, distribuir as horas de trabalho nacionalmente existentes entre empregados e desempregados, fixando assim uma nova jornada de trabalho nacional. Essa é uma medida de grande alcance, que de fato acaba com o desemprego e a fome e, por isso, tem de envolver a luta unitária do conjunto da classe operária e dos demais assalariados para impô-la à classe patronal e ao governo. Para haver uma verdadeira resistência contra o desemprego, é preciso manter os demitidos organizados no sindicato, unir empregados e desempregados e sustentar um movimento constante pelo trabalho a todos.

Para nos organizarmos temos que resgatar nosso instrumento de luta: o sindicato!

O problema fundamental dos sindicatos é o de quebra da democracia operária, da perda da independência frente ao governo e ao Estado e do domínio de uma burocracia pelega. Os sindicatos têm sido dirigidos por uma rede de pelegos que transformaram os sindicatos em sua propriedade, que se servem deles como trampolim eleitoral e carreirismo parlamentar e que os usam para negociar acordos malditos e para impor aos trabalhadores a conciliação com os exploradores em lugar da luta. O ponto de partida de mudanças nos sindicatos é o de varrer a pelegagem, restabelecer a democracia operária, arrancar os sindicatos da influência dos patrões e colocá-los a serviço da luta de classe dos oprimidos contra os opressores. Temos que recuperar a capacidade de luta de massa do sindicato tendo por base um programa de reivindicação que parta do emprego e do salário, que combata o capitalismo e que defenda o socialismo.

dos trabalhadores foi mais um pagamento que o PT fez aos parasitas que sugam usuários, motoristas e cobradores para ter lucros exorbitantes e distribuir mesadas aos vereadores, juizes e imprensa.

Mensalinho

A Câmara de Vereadores ficou paralisada em 2008 por escândalos que expuseram como o Estado, no capitalismo, é expressão dos interesses da burguesia, do qual a corrupção é inseparável. Vereadores foram denunciados por achacarem empresários e aprovaram doações de terrenos, isenções de im-

postos, etc. No meio do tiroteio, o vereador Bonilha resolveu sair entregando todo mundo. Contou que a Grande Londrina pagava uma mesada de R\$1,6 mil para os vereadores, e que o esquema era antigo, atravessou várias legislaturas. Ao sair de camburão para uma prisão temporária, o larápio disse: “Não sou a única batata podre”. Até o gerente da empresa conheceu as instalações da penitenciária local, mas obviamente foi logo liberado e as investigações não deram em nada.

Vai e vem na justiça

Londrina ainda está em clima eleitoral. O prefeito eleito, Antônio Belinatti (PP) ganhou mas não levou. Conhecido por inúmeros escândalos de corrupção teve sua candidatura impugnada, mas só depois de ter vencido o pleito. Assim, ainda haverá um terceiro turno em 2009 e o presidente da câmara assumiu a prefeitura. Neste clima eleitoral, ninguém quis assumir a bomba do aumento da tarifa. Formaram-se dois blocos na câmara: o dos belinatistas (PDT, PP, PRB, PTC e PTN) e o dos petistas e tucanos, que agregou PMDB, PSB e PTB, de onde saiu o Padre Roque, prefeito interino. Um vereador do PDT ainda em dezembro, entrou com ação contra o aumento diferenciado. Ou seja, nem era contra o aumento, e convocou

uma CEI sobre o transporte em Londrina. Já avisou que não tem nada contra a empresa e nem a remuneração de capital. A CEI será só um jogo de cena eleitoral. Para não ficar atrás, Padre Roque revogou o decreto de Nedson. Mas depois, discretamente, após a ação tramitar na justiça, reforçou o decreto que autorizou o aumento. Tudo isso são manobras para enganar a população, os dois blocos estão comprometidos até os ossos com a Grande Londrina.

Resposta Independente

Diante dos escândalos de corrupção levantamos a bandeira de “tribunais populares para punir os crimes da burguesia”. Nenhuma confiança nas CEIs e tudo que vem do parlamento e justiça burgueses. Diante do aumento, que ainda está tramitando, só poderemos nos opor a ele organizados independentemente nos bairros e escolas, confiando em nossas próprias forças. Nosso instrumento para isso é o Comitê pelo Passe Livre, redução da tarifa e estatização do transporte coletivo, que já alerta a população para que, neste contexto de crise, não permita nenhuma redução de direitos, nenhuma demissão de cobradores (e demais trabalhadores) e nenhum centavo a mais na tarifa.

Os desastres “naturais” são de responsabilidade dos governos burgueses

Com a chegada do verão e o fim da primavera, nos deparamos com notícias de desastres causados pela intensa chuva em muitas regiões do Brasil, os quais vitimam milhares de pessoas que geralmente perdem o pouco que tem ou até mesmo suas vidas ou de parentes.

Tais desastres têm dimensões catastróficas como o ocorrido em dezembro do ano passado em cidades próximas ao rio Itajaí-Açú em Santa Catarina; o Estado do Sul sofreu com a maior enchente de todos os tempos, resultando em mais de 120 mortos e milhares de desabrigados, que até hoje tentam refazer suas vidas sob ameaça de outras chuvas.

Outras cidades e capitais extremamente urbanizadas sofrem com este mesmo problema todo ano: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, esta última em particular sofreu com os “desastres naturais” na passagem do ano. Nesse começo de janeiro, estima-se que 97 cidades de Minas Gerais tiveram intensas chuvas, sendo seus prefeitos obrigados a decretar situação de emergência por causa do número de desabrigados e o risco eminente de morte.

Esse quadro evidencia que a forma anárquica de povoamento e de exploração de regiões, que tem como base a lei do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo, provoca uma ampla destruição da natureza e do homem principalmente em cidades e municípios onde ocorreu uma rápida urbanização descontrolada; as “tragédias naturais” tendem a aumentar e como em Santa Catarina, os mais vitimados serão os trabalhadores.

Entretanto a catástrofe natural tem uma explicação social. Os fatores naturais associados a desastres em várias cidades (ventos, maior evaporação, temperaturas mais frias nas cama-

das elevadas da atmosfera, zonas de convergência, camadas de ar seco e úmido etc.) não teriam levado a tal mortandade e desalojados, nem mesmo à destruição, caso os governos locais tivessem, desde a época do crescimento urbano, implantado medidas para evitar ou amenizar os deslizamentos e as enchentes. Promessas a cada novo mandato são feitas para liquidar com estes problemas: planejamento na urbanização, aumento no escoamento dos rios, canalizações, regularização na ocupação dos morros, melhoria na infra-estrutura. Mas nada disso se concretiza e a população cresce, construindo mais casas sem ordenamento específico; mais famílias se amontoam próximos aos rios, córregos e morros desmatando mais áreas, prejudicando mais a absorção da água pelo solo etc.

Há milhões de famílias no Brasil e no mundo que vivem em áreas de risco; os governos burgueses conhecem essa realidade, mas, quando ocorrem as tragédias, as obscurecem alegando serem fatalidades naturais. Liberam, às vezes, alguns milhões de reais ou até mesmo cifras maiores para as cidades atingidas se reabilitarem postergando o problema e não o resolvendo. A imprensa burguesa ajuda nesse processo fazendo toda uma campanha em torno da solidariedade, para que todos os trabalhadores contribuam para a sobrevivência dos flagelados.

Enquanto existir o modo de produção capitalista, que tem como fundamento a exploração do homem e da natureza, não haverá planejamento nenhum que favoreça a população; novas tragédias ocorrerão e nova demagogia será feita sobre elas. É preciso que os oprimidos, sob a direção do proletariado, lutem contra os governos e contra esse modo de produção, defendendo um modo de produção planejado, portanto, socialista. Essa deve ser a maior lição de desastres naturais que assolam o Brasil todo ano.

Por um Coneb de luta e combativo! defesa da independência das organizações frente aos governos

Diante da crise capitalista: combater os ataques aos trabalhadores com os métodos da classe operária (greves, manifestações, expropriações)

A crise capitalista avança. Há muito não se pode mais falar apenas de um 'estouro' da bolha imobiliária americana. Os indicadores econômicos apontam a contundência da desintegração do sistema financeiro e de inúmeras companhias multinacionais ao redor do mundo e nos mais variados setores. Grandes grupos capitalistas começam a ruir; as taxas de crescimento, as exportações, os negócios na bolsa, as vendas no comércio sofrem fortes quedas. Os governos estão todos empenhados em salvar os capitalistas às custas do tesouro público. Despejaram trilhões sem conseguir estancar o colapso de empresas e bancos. Não se trata de uma simples crise do neoliberalismo, mas antes uma crise estrutural do regime do capital. A crise reflete a anarquia de mercado e a incapacidade das forças produtivas mundiais se desenvolverem cerceadas pela propriedade capitalista (hoje monopolista) e pelas fronteiras nacionais. Como já se preconizava desde o Manifesto Comunista, a burguesia vislumbra uma solução na destruição das forças produtivas. Dessa maneira a crise já está sendo despejada sobre os trabalhadores. A indústria e o comércio já põem em prática demissões e dispensas do trabalho no mundo inteiro. As direções sindicais, a serviço da colaboração de classes, tratam logo de negociar direitos em troca da garantia de emprego para logo mais aceitaram tranquilamente as demissões em massa. Os explorados em todas as latitudes devem se contrapor a crise defendendo a expropriação das empresas falidas sob controle operário, a estatização do sistema financeiro (que por meio da jogatina com as dívidas públicas preparam novas crises) e resistir às demissões

com greves, ocupações de fábrica e não aceitar nenhuma destruição de direito trabalhista. Que a classe capitalista, que administra as fábricas etc e as levam, de tempos em tempos, por meios de sua anarquia, à ruína, sejam os únicos a pagarem pela crise! Que os trabalhadores se preparem para a luta e empunhem a bandeira da revolução proletária e do socialismo!

A vitória de Barak Obama nos EUA despertou ilusões acerca de uma suposta mudança da relação dos EUA com os países semi-coloniais. Tal ilusão é semeada, no Brasil, pelos reformistas do PT e os estalinistas do PC do B. A vitória de Obama significou a impossibilidade do imperialismo americano trilhar pelos velhos rumos. As massas norte-americanas, sempre arrastadas pela sua burguesia para a política de pilhagem dos povos, demonstraram, com a eleição de Obama, seu descontentamento com a crise financeira, as guerras e o militarismo de Bush. O governo burguês e Imperialista de Obama não apenas dará continuidade ao saque das semi-colônias como será o agente de uma maior exploração dos países atrasados, especialmente em virtude da espetacular crise mundial.

Governo Lula, refém da crise e a serviço do capital nacional e internacional cortará recursos da educação

A crise chegou ao Brasil com toda força. As demissões estão na ordem do dia. O governo Lula, que antes pregava o otimismo como remédio à bancarrota, passou daí ao apoio ostensivo liberando recursos do BNDES, FGTS, FAT etc. tudo para salvar a pele dos capitalistas que assim mesmo continuaram demitindo. A CUT e Força Sindical já começam a negociar a redução dos salários/quebra de direitos para evitar demissões. A burguesia nacional pressiona por reformas trabalhistas, previdenciárias, tributárias etc para que o estado economize

recursos para salvar os banqueiros e empresários enquanto a classe operária e demais assalariados deverá ser lançada ao esgoto. O agravamento da crise nos primeiros meses de 2009 empurrará o governo a realizar cortes brutais. A educação pública não escapará. Da diminuição de recursos ao arrocho salarial dos trabalhadores em educação essa será a tônica do governo.

Abaixo a Reforma Universitária do Governo Lula! Livre acesso ao ensino superior! Universidade sob controle de quem estuda e trabalha!

O 12º CONEB acontece numa conjuntura de crise econômica mundial, de redução de gastos do Governo Federal com a educação e em meio à implantação nas IFES do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas Federais (REUNI). Desde 2002, o Governo Lula tem dado seguimento a uma reforma do ensino superior que, longe de resolver o problema central do acesso à universidade, vem piorar o ensino nas universidades públicas federais. Tal Reforma Universitária do governo Lula vem sendo implantada de maneira gradual para esconder seu caráter privatista e de favorecimento aos capitalistas do ensino privado.

Fora o REUNI e as cotas! Aumento dos recursos da educação! Livre acesso ao ensino superior, fim dos vestibulares!

O MEC e a direção da UNE, a serviço da política educacional ditada pelo FMI, tem feito uma intensa propaganda ao redor do REUNI, com o argumento de que este permitirá um maior acesso dos estudantes à universidade. Também nesse sentido, o Governo e a UNE têm defendido intransigentemente a política de cotas para negros e alunos de

escolas públicas para as IFES. Apontam essa medida como um ato de reparação histórica da exclusão dos trabalhadores pobres e negros do ensino superior. A questão, porém, é que nem as cotas nem o REUNI servem para resolver o problema do acesso de milhões de jovens, em idade de frequentar a universidade, que estão excluídos dela (cerca de 90%). Com a política de cotas apenas uma ínfima parcela dos estudantes de escola pública e negros poderão ingressar nas universidades, a grande maioria continuará ainda fora dela. Tal problema só pode ser resolvido com o fim do vestibular e o livre acesso de todos à universidade, isto é, com o aumento do PIB destinado à educação e a construção de novas universidades. A recusa do Governo Lula em dar passos no sentido da solução desta tarefa democrática apenas expressa que este precisa manter a crise do ensino e sustentar o parasitismo financeiro. Além disso o famigerado REUNI tende a piorar as condições de aprendizagem e pesquisa na universidade. Com o discurso de garantir maior aproveitamento das instalações e material humano (leia-se super-explorar o professor) o REUNI segue a lógica do mercado e das relações de trabalho ao exigir que um maior número de mão-de-obra possa ser formada num menor número de tempo dentro de um mesmo espaço e com o menor custo proporcional. Eis a essência do REUNI.

ProUni e a mercantilização do ensino

Desde os anos 1990, o avanço da privatização do ensino superior é notório. Hoje, as universidades e faculdades privadas respondem por 80% das vagas no ensino superior. Grandes empresários privados lucram uma fábula com o ensino pago e passaram a ser beneficiados com medidas adotadas no Governo Lula. O ProUni, criado desde 2003, é outra medida que visa a favorecer os grandes empresários do ensino que passaram a ter prejuízos com a proletarização cada vez maior das camadas médias, sem condições de pagar uma faculdade particular. A isenção fiscal dado pelo governo ajuda a salvar os capitalistas da educação e impulsiona a mercantilização do ensino. Não é possível a coexistência do ensino pago ao lado do ensino público sem que

este último seja atacado e a educação privada favorecida. As direções do movimento são inconseqüentes na defesa do ensino público pois não se comprometem a defender o fim do ensino pago. A verdadeira defesa do ensino público só pode ser feita com a bandeira de estatização sem indenização do ensino privado em todos os níveis (incluindo o ensino profissional) sob controle de quem ensina e trabalha. Por esse mesmo motivo, o rechaço do ProUni e da mercantilização devem ser empunhados pelos estudantes.

Por uma Universidade pública, gratuita, autônoma e enraizada na produção social! Por um governo tripartite baseado na Assembléia Universitária!

Os governos estaduais e Federal mantêm políticas de destruição do ensino superior. Reduzem recursos, impõem o arrocho salarial aos trabalhadores da universidade (docentes e servidores), incentivam fundações privadas, parcerias com o empresariado, cursos pagos e cobrança de taxas. A defesa do ensino superior público implica sua completa gratuidade. É preciso o combate a todo tido de taxa, de corte de recursos e de parcerias com a iniciativa privada para a obtenção de recursos. Para manter os gastos com o parasitismo financeiro e também beneficiar os empresários do ensino os governos empurram as universidades no rumo da 'autonomia financeira' o que significa buscar outras fontes de financiamento além do governo (mensalidades, pós-graduações pagas etc). Ao contrário disso é preciso defender que a educação seja mantida exclusivamente pelo estado e nenhum tostão seja remetido ao ensino pago. A Corrente Proletária Estudantil rechaça esta 'autonomia financeira' defende a autonomia de gestão financeira, isto é, o livre usufruto dos recursos aplicados de acordo com a vontade dos que estudam e trabalham e que estes tenham total autonomia para definir os recursos necessários ao funcionamento da universidade. Apenas o financiamento exclusivamente público da universidade pode garantir que esta tenha autonomia pedagógica (que a comunidade universitária possa definir as deman-

das de onde está inserida sem nenhuma ingerência do empresariado) frente ao governo e aos capitalistas.

A universidade tem de estar sob controle de quem nela estuda e trabalha. A burocracia universitária (altos funcionários, chefias acadêmicas, pró-reitores etc) é correia de transmissão da política dos governos para a universidade. É a principal inimiga da autonomia universitária. Reforça os mecanismos de controle do governo sobre a Universidade (lista tríplice para reitor, voto desproporcional para docentes). A autonomia universitária só é possível de fato com o estabelecimento da Assembléia Universitária, que reúna os 3 segmentos da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários) e tenha poderes para eleger o governo universitário.

Movimento Estudantil: Por uma direção de luta e combativa para a UNE, os CA's e DCE's! Por um plano de Lutas contra o governo e suas medidas!

O movimento estudantil está órfão de direção nacional e não é de hoje que isso acontece. Há muitos anos que a burocracia da UNE abandonou a luta dos estudantes em apoio aos governos e reitorias. Com a chegada de Lula ao poder, todo o palavreado de oposição foi vendido por milhões de reais fazendo com que a direção passasse de malas e bagagens para o lado de lá da barricada. Acabando como correia de transmissão da política do governo no movimento estudantil.

Cabe ao conjunto da oposição e dos ativistas independentes discutir e encaminhar uma calendário de lutas do ME que impulse a eleição de CA's e DCE's Independentes dos governos e reitorias, eleições essas que sejam democráticas e transparentes que tenham como orientação a discussão dos problemas da universidade e dos cursos, que envolva os estudantes e construa um movimento estudantil combativo.

A direção da UNE deve ser rechaçada pelo colaboracionismo. Não combate a mercantilização do ensino já que se coloca apenas pelo 'controle público do ensino privado' o que significa defender o mercado do ensino e que empresários lucrem com este.

Nesta edição:

- Todo apoio à resistência do povo palestino
Derrotar os invasores sionistas
- Bolívia – Por que a “Nova Constituição” não transformará o país?
- Argentina – A burguesia e seu governo são absolutamente incapazes de enfrentar a crise
- Obama Presidente

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Todo apoio à resistência do povo palestino Derrotar os invasores sionistas

1. A ofensiva militar de Israel contra a Palestina da Faixa de Gaza resulta em massacre da população. A mortandade de centenas de jovens e crianças testemunha até que ponto o sionismo está disposto a levar o genocídio ao povo palestino. Antes da invasão por terra, já havia cerca de 500 mortos. Com a invasão, rios de sangue estão sendo derramados. Os sionistas se valem de um poderoso arsenal bélico. Há 60 anos, desde a implantação à força do Estado sionista, os palestinos vêm defendendo seu território com armas da “idade da pedra”, se comparada com o aparato militar da burguesia judia, patrocinada pelos Estados Unidos. Mais uma vez estamos diante da prepotência genocida de um Estado criado artificialmente pela potência vencedora da 2ª Guerra Mundial – os Estados Unidos. O extermínio de palestinos, provocado em poucos dias de bombardeios, indica o caminho da barbárie que o capitalismo vem percorrendo. Não por acaso, o mesmo se passa no Iraque, Afeganistão e outras partes do mundo. O cerco militar à Faixa de Gaza é parte das tendências bélicas que emergem da crise histórica do capitalismo.

2. A guerra sionista contra os palestinos foi desfechada no dia 27 de dezembro, depois de perdurar por alguns meses um acordo de cessar fogo com o Hamas. Pouco antes, militares israelenses atacaram posições de defesa do Hamas, matando seis de seus integrantes. A partir daí a organização palestina reagiu lançando sobre Israel foguetes arte-

sanais, cuja capacidade letal é ínfima. A provocação judia tinha a finalidade bem determinada de retomar a ocupação de Gaza e de destruir o controle do Hamas sobre essa região da Palestina. As autoridades sionistas e o imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos, esperavam impor ao Fatah, comandado por Mahmud Abbas, um acordo de capitulação. O controle da Faixa de Gaza pelo Hamas, organização muçumana contrária à política conciliadora do Fatah, comparece como um obstáculo à estratégia expansionista do Estado judeu.

3. Os Estados Unidos, Israel e a burguesia mundial justificam o massacre com o argumento de que se trata de um direito à autodefesa contra o terrorismo do Hamas. Nadamais falso. O Hamas se apóia em uma importante camada da população na luta por sua autodeterminação. Os palestinos vivem cercados por todos os lados pelo aparato militar sionista. O bloqueio econômico tem imposto fome e miséria à maioria. O dia-a-dia dos palestinos é de um inferno constante. Os acordos de Israel com governos árabes de sufocar a Palestina contribuem imensamente para bloquear o seu desenvolvimento econômico e social. O agressor é o Estado sionista e não o Hamas. Quem pratica o terrorismo é Israel. Trata-se de um terrorismo institucionalizado e reconhecido pela burguesia mundial como justo. Acrescenta-se a infâmia histórica de se amparar a violência reacionária do Estado sionista com a falsa contraposição entre democracia e

terrorismo. Basta que se contabilizem os ataques militares dos EUA e seus aliados à população no Iraque, Afeganistão e na própria Palestina para se ter a clara comprovação que a tal democracia do imperialismo pratica o terrorismo de Estado. O argumento dos generais sionistas de que é inevitável a morte de crianças e jovens porque o Hamas os usa como escudo expõe a barbárie. Atacam a população porque a população está em luta contra a opressão de Israel. Assim como os militares atacam a população no Afeganistão porque parte da população apóia a resistência dos Talebans. A história está repleta de exemplos de resistência dos povos oprimidos que para enfrentar o poderio militar dos colonialistas e do imperialismo recorrem à violência revolucionária. É necessário que os trabalhadores do mundo inteiro rechacem o terrorismo de Estado da burguesia e defendam o direito de resistência armada dos povos oprimidos.

4. Israel impôs um brutal cerco econômico e militar à Faixa de Gaza, contando para isso com a colaboração da burguesia árabe-egípcia. A única possibilidade do Hamas receber armas e suprimentos estava na fronteira com o Egito, por onde Gaza se interligava ao exterior por meio de túneis clandestinos. O governo egípcio permitiu ataques israelenses a posições do Hamas na sua fronteira. A chanceler israelense, Tzipi Livini, obteve anuência do Egito para a invasão. Essa colaboração indica o quanto a burguesia árabe do Oriente Médio foi domesticada

pelos Estados Unidos. O esmagamento do Hamas e o fortalecimento do Fatah são necessários à domesticação. Israel tem impedido a edificação do Estado palestino graças ao Estado militarista do sionismo e à subserviência da feudal-burguesia árabe. Israel e o imperialismo só admitirão um Estado palestino desarmado, submetido, fechado aos milhões de imigrantes palestinos e anexado às condições expansionistas do sionismo. É isso que está expressando o massacre de Israel contra as massas palestinas.

5. O governo Bush está por detrás de Israel. E Obama se esconde por detrás de Bush. O ataque mortífero de Israel aos palestinos é a demonstração mais completa de que os Estados Unidos, sob o comando dos Republicanos ou Democratas, não permitirão uma Palestina livre e independente. Parte dos governos europeus se perfila abertamente perante o imperialismo norte-americano. Parte faz hipocrisia de condenar o Hamas e o excesso de força usado por Israel. O governo brasileiro, como é dado à hipocrisia, alinhou-se à condenação de ambos os lados. Todos levantam a bandeira da paz sobre os cadáveres palestinos. O fato é que, no fundo, a burguesia mundial apóia o Estado militarista de Israel. As burguesias semicoloniais são incapazes de reconhecer o papel opressor do Estado sionista e o lugar de povo oprimido dos palestinos. A barbárie desfechada por esse enclave do imperialismo, criado em 1948, contra as massas palestinas e suas organizações de defesa nacional é a condição de implantação da política de dominação mundial dos Estados Unidos. Combater pela autodeterminação do povo palestino equivale a combater a opressão nacional exercida pelo imperialismo em todo o mundo. Não haveria possibilidade de surgimento do Estado de Israel se não fosse o poder econômico e militar dos Estados Unidos, como não há possibilidade de manutenção do Estado artificial sem esses mesmos recursos.

6. Qualquer condenação do Hamas por revidar à opressão sionista significa colocar-se do lado do imperialismo. Evidentemente, o Hamas não é uma organização revolucionária, que luta pela autodeterminação como parte do progra-



ma das transformações socialistas. Seus objetivos são nacionais e religiosos, portanto burgueses. No entanto, na sua luta contra o Estado de Israel e o imperialismo, expressa a revolta das massas palestinas contra a opressão e pelo direito de ter seu Estado. Certamente, esse objetivo histórico não poderá ser alcançado sem que a resistência de povo oprimido se transforme em revolução social, que terá de ser desencadeada em todo o Oriente Médio. É preciso não só rechaçar as posições dos Estados Unidos como também a de todos os governos que condenam o Hamas em nome de uma paz fictícia ou de uma paz sob a égide do sionismo.

7. As manifestações populares no Oriente Médio e em várias partes do mundo contra o massacre dos palestinos são o ponto de partida para derrotar a investida sionista. Não por acaso, o governo de Abbas foi o primeiro a reprimir os protestos coletivos na Cisjordânia. É fundamental que os palestinos se unam sob a bandeira de derrota das forças invasoras. A ocupação pelos tanques israelenses da Faixa de Gaza permite a um chamado de unidade armada das massas palestinas em geral. De Gaza a Cisjordânia, o chamado à vitória depende do armamento do povo e da guerrilha contra o poderio bélico de Israel. No Líbano, há pouco tempo, o Hezbollah impôs um recuo das forças de ocupação

israelense, que significou uma derrota do objetivo sionista de destruição da resistência dessa organização. Certamente, as condições do Hamas e das massas palestinas são mais difíceis. Mas a disposição ao sacrifício em luta dos oprimidos constitui uma força social capaz de romper a divisão imposta pelo Fatah e seu governo. Os palestinos em luta contam com o apoio e a mobilização das massas exploradas do Oriente Médio, que estão em contraposição aos governos submetidos ao imperialismo. Os trabalhadores e a juventude do mundo inteiro devem se colocar em defesa da unidade dos palestinos e das massas do Oriente Médio para combater o avanço da reação sionista-imperialista e os governos árabes subservientes.

8. O Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional se coloca ao lado das massas palestinas e do Hamas para derrotar os invasores e impor o direito a autodeterminação do povo palestino. Tem claro que a autodeterminação só será alcançada pela revolução proletária que abra caminho pela conquista dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, como parte da revolução socialista mundial.

Trabalhadores e juventude, derrotar o Estado militarista de Israel é derrotar a opressão imperialista!

Viva o povo palestino!

Bolívia

Por que a “Nova Constituição” não transformará o país?

C U - Santa Cruz.

A “transformação pacífica” da Bolívia para uma forma superior e, pior ainda, por meio da redação de um novo texto constitucional, é impossível, pois a Constituição Política do Estado é um fenômeno da superestrutura ideológica que responde às leis da economia vigente, que é o real.

Natureza das Constituições Políticas do Estado (o que são e a quem servem?)

A Constituição Política do Estado reflete os interesses gerais dos que neste momento estão no poder, é a vontade escrita da classe dominante, é “o reflexo do poder que se encontra entre as relações de produção capitalista”. A ditadura da burguesia está legalizada na Constituição Política do Estado.

Segundo Lênin, “a essência da Constituição consiste em que as leis mais importantes do Estado em geral e as relativas ao direito de eleger os componentes das instituições representativas, seus funcionários etc., expressam a verdadeira relação de forças na luta de classes. Uma Constituição é fictícia quando a lei e a realidade divergem e não é quando coincidem”. Como a Constituição é a “lei das leis” e a lei obedece a quem tem o poder, podemos deduzir com clareza que, no capitalismo, as constituições, ou seja as leis, estão a serviço da burguesia, pois o Estado em que vivemos atualmente é uma ditadura da burguesia, onde esta classe se esforça ao máximo para que suas cartas magnas dissimulem essa condição de domínio.

Votos não transformam a realidade

É uma ilusão pensar que pelo simples fato de escrever em um papel que somos ricos isso aconteça de fato, de mesma forma é acreditar que se a “nova” Constituição diz que a Bolívia é um país soberano os imperialistas deixarão de nos considerar sua colônia, pior ainda se o governo re-

produz a ideologia imperialista e é tão afetuoso com as multinacionais, representantes do poder imperial.

As grandes mudanças que ocorreram nos vários momentos da história das sociedades foram obras de homens e mulheres em luta, já que, por exemplo, de nenhuma outra forma os criollos (brancos nascidos na América, N.T.) poderiam ter acabado com o jugo espanhol em 1825 somente pelo fato de que os alto-peruanos elaborassem uma Constituição indicando que estava constituída a Bolívia como nação independente e com isso esperar que os chapetones (espanhóis) saíssem tranquilos; estes só foram expulsos pelo levante independentista que acabou com o domínio espanhol.

As ONGs reformistas são as que disseminaram a idéia da revolução pacífica mediante leis, inoculando no movimento camponês indígena a idéia da Constituinte como paliativo para seus males.

A grande revolução comunista russa que escreveu sua nova carta magna conferindo todo o poder para as organizações de operários e camponeses, cedendo as terras aos camponeses, acabando com a propriedade privada para convertê-la em social, seria impossível sem o levante em armas do povo contra a monarquia e os exploradores capitalistas. Logo após a tomada do poder, se legalizou o que de fato foi conquistado anteriormente.

Por isso, assegurar que uma “Bolívia mais justa e solidária” nascerá através de um papel escrito pelos velhos e novos enganadores do povo é um vil engano, enorme traição que faz o MAS ao iludir o povo assegurando que respeitando a propriedade privada e sem revolução poderá mudar substancialmente a Bolívia.

(Extraído do Massas boliviano 2113, de 16/01/09)

Argentina

A burguesia e seu governo são absolutamente incapazes de enfrentar a crise

A derrocada imperialista já golpeia duramente, e apenas começa...

Milhares de trabalhadores demitidos e suspensos já mostram como os explorados estão pagando pela crise mundial. O governo e os burocratas revelam toda sua impotência, limitando-se a discursar enquanto os patrões fazem o que bem entendem.

Enquanto se quebram os maiores bancos e empresas do mundo, corta-se o crédito, generaliza-se a recessão em todas as potências, os Estados se endividam e emprestam bilhões de dólares para resgatá-los, o governo argentino se concentra em juntar todos os recursos para pagar a dívida externa, até mesmo aquela que tinha jurado que não pagaria. Busca recursos por todos os lados para garantir ao capital financeiro que cumprirá todas as suas obrigações. Passa dias e semanas trabalhando na engenharia financeira, para se mostrar lindamente qualificado a fim de que as agências de risco não rebaixem em alguns pontos o “risco país” e assim, supostamente, obter nova dívida mais barata para pagar a que vence. É o cúmulo da submissão colonial. Essas agências não podem salvar-se a si mesmas da derrocada, estão totalmente desmoralizadas e acusadas de manobras fraudulentas.

Ao contrário, a totalidade dos recursos tem de ser destinada a manter a fonte de trabalho e garantir o trabalho para todos, recebendo o valor do salário mínimo real. Deve-se pôr em marcha um plano de obras públicas imediatamente, atendendo as mais urgentes necessidades populares. Sob o controle coletivo dos trabalhadores, caso contrário o dinheiro desaparece nos bolsos de funcionários corruptos e empresários. É imprescindível deter a fuga de dólares do País e recuperar os bilhões transferidos.

É preciso identificar quem, com nome e sobrenome, nos estão saqueando e ajustar as contas com eles. O comércio exterior e o sistema financeiro devem ser nacionalizados sem indenização e sem mais demora, a sangria nos deixa mais e mais débeis diante da crise. Os burgueses entreguistas, parasitas, corruptos, são uma classe antinacional. Só estão preocupados em se salvar, e não perder um centavo do quanto ganharam nesses anos, e se for possível fazer algum negócio com a crise.

Com total cinismo reconhecem que mantêm nos silos bilhões de dólares da última colheita... é hora de lhes expropriar a produção para que não voltem a extorquir nunca mais o país com seu poder econômico.

Mas já se disparou na disputa eleitoral

Toda politicagem burguesa saiu em disparada eleitoral para o legislativo, cujas eleições ocorrerão dentro de dez meses! E até discutem quem será candidato presidencial em 2011! Uma jogada sinistra frente a situação em que se vive e que coloca milhões de famílias à beira do abismo.

Fazem-se todo tipo de alianças, tanto os oficialistas quanto os opositores, buscando colocar os personagens de sempre no alto das preferências. Vemos como fazem campanha os meios de comunicação, impulsionando tal ou qual candidato, sem nenhum escrúpulo. O que caracteriza todos os candidatos é a ausência de respostas diante dos principais problemas do país. Qualquer um pode ver as notas e reportagens que aparecem todos os dias e não encontrar uma só idéia de como enfrentar o de-

semprego e as demissões, a recuperação dos salários e aposentadorias achatados pela inflação, ou sobre o pagamento da dívida externa fraudulenta.

Os capitalistas financiam descaradamente essas campanhas, não consta em nenhum lugar o custo milionário de suas aparições. A maioria dos politiqueiros só existe porque os meios de comunicação os divulgam, ao contrário, seriam totalmente desconhecidos, não têm nenhuma militância que os sustentam. Alertamos sobre o papel dos meios de comunicação que descaradamente manipulam a chamada “opinião pública”. Onde foi parar a intenção de acabar com a lei de radio-difusão da ditadura militar?

Para o movimento popular, está colocado dar resposta política ao carnaval eleitoral, levantando as bandeiras próprias e denunciando o circo que se arma, cujo objetivo é o de desviar a atenção sobre os verdadeiros problemas e como solucioná-los.

Os politiqueiros disputam descaradamente quem gerenciará o Estado para melhor favorecer tal ou qual fração do capital, que os alimentam. Não se deixe encantar pelas viúvas do kirchnerismo, todos aqueles que agora se retiram desconsolados acusam o governo de centro-direitista, de aliança com Rico ou com intendentess apodrecidos da grande Buenos Ayres. Buscarão um discurso popular e nacionalista para voltarem como postulantes nas eleições. Outra vez procurarão criar novas ilusões, que novamente se frustrarão.

Vêm os aumentos de tarifas, para que não se detenha a inflação

Todos os dias entram em vigência aumentos generalizados de transporte,

que se somam aos de gás e eletricidade. Por que nesse momento, quando é mais necessário manter o poder aquisitivo da população? Para garantir a rentabilidade das empresas e poder reduzir os subsídios. Ao reduzir os subsídios, sobra mais dinheiro para pagar a dívida. Em síntese: a população que utiliza o serviço de transporte público pagará mais para que o governo possa pagar seus credores. Esta é a lógica do governo laicaio. Os aumentos devem ser rechaçados e se

deve impedir que se gaste mal o dinheiro público. A dívida não deve ser paga. O absurdo desse governo, que já acumula vários, é a proposta de legalizar os negócios escusos, aqueles que expatriaram capital, os evasores, que certamente deveriam ser tratados como delinquentes, em prol de um “capitalismo sério”.

Unidade de todos os trabalhadores para enfrentar com o método da ação direta de massa qualquer ameaça de demissão e impor o emprego pleno

Não será graças aos burocratas, mas sim contra eles. Organizar o movimento a partir das bases. A volta das férias coletivas e suspensões será o momento de especial tensão para defender os postos de trabalho e continuar exigindo o reajuste dos salários para recuperar a perda inflacionária.

(retirado do Jornal Massas nº 221 – órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre as eleições nos Estados Unidos

Primeiro Presidente Negro

Os jornais destacaram a cor negra de Barack Hessein Obama como signo de sua vitória contra o John McCain.

O Estado de São Paulo transcreve uma das declarações do republicano derrotado: Com voz embargada, McCain exaltou o “especial significado” da vitória de Obama para os negros, e o “especial orgulho que eles sentem esta noite”. Ressaltaram-se em sua biografia ser filho de pai negro do Quênia e mãe branca do Kansas, não nascer em berço de ouro, ter trabalhado em favor da comunidade pobre de South Side, estudado direito na Harvard, embora não fosse da elite, feito carreira política no Partido Democrata e chegado ao Senado dos Estados Unidos.

Para disputar a presidência, teve de derrotar nas primárias o poderoso clã dos Clintons. A quem Obama venceu? Venceu um herói nacional que lutou na Guerra do Vietnã, prisioneiro, apresentado como exemplo de resistência aos exímios torturadores vietnamitas, milionário, branquíssimo, guardião dos valores norte-americanos e senador há 26 anos.

A disputa presidencial foi exposta ao mundo como uma saga heróica de um candidato negro proveniente das camadas baixas contra um titã da elite burguesa. Negro esbelto, distinto, integrante de uma família exemplar de classe média norte-americana e orador de primeira linha.

O jornalista do The Guardian, Simon Jenkins, que nos parece propenso ao

republicanismo, pergunta: “Messias ou decepção? Só o tempo dirá”. Eis algumas passagens de seu artigo: “O mundo não-americano queria que Obama vencesse. Essas pessoas não votaram. Mas o eleitorado dos EUA também deu preferência a ele. O mundo prefere Obama principalmente porque ele é negro; os americanos, porque ele não é republicano. Nenhuma dessas razões é sólida. Para a maioria dos não-americanos, negro ainda é um código para distância do establishment americano”. (...) “Para esse mundo (Jenkins refere-se à África e à Europa), Obama é um suposto representante de uma classe oprimida, por mais que seu discurso, modos e carreira digam o contrário. Ele é negro. Simboliza o fim da supremacia “wasp” (elite americana branca protestante)”. (...) “Obama se proclama a revolução da vida pública americana. Mas seu histórico é tudo menos radical. Ele apóia até mesmo o porte de armas. Não fosse sua cor, seria um candidato concorrendo numa chapa democrata convencional, com poucas políticas mais construtivas que as de seu adversário”.

Esse artigo de um jornalista do establishment (do sistema burguês) traz o raciocínio curioso de que no exterior houve apoio a Obama porque é negro em um país racista, mas que nos EUA o apoio se deveu não a um movimento anti-racista, mas ao fato do candidato representar a possibilidade de não se votar no republicano. O sentido desta afirmação está em que a maioria condenou

a política de G. W. Bush, expressando rejeição ao Partido Republicano, identificado com a decadência interna do país e com o ódio externo aos EUA.

O raciocínio do jornalista do The Guardian tem sentido, mas não de todo. Se é verdade que Obama deslocou votos dos redutos republicanos brancos não por ser negro e sim por ser democrata, também é verdade que a população negra se empolgou com a idéia de um negro na presidência da República. E isso não só no exterior, mas fundamentalmente nos EUA. Justamente por ser assim, é que o aparato publicitário pôde fazer uma extraordinária campanha mundial de simpatia ao candidato negro e opositor à política de G. W. Bush.

A tendência nas eleições norte-americanas tem sido o crescimento da abstenção. O voto não é obrigatório, o que facilita o desconhecimento das eleições por uma camada significativa da população. Desta vez, foi diferente. Houve contágio de uma parcela que desprezava as eleições, principalmente de jovens, pobres, imigrantes e negros.

A campanha de Obama que contou com milhões de cabos eleitorais voluntários e com comitês nos cinquenta estados do país refletiu particular adesão à candidatura dos democratas. A estimativa foi de comparecimento de 64,3% dos 213 milhões aptos a votar, indicando elevada participação. Surpreendentemente, deste universo, a previsão é de comparecimento de 24 milhões de votantes negros, um crescimento de 30%

em relação às eleições de 2004. (Estado de S. Paulo, 5/11)

Uma importante camada da classe média alta votou em Obama. Segundo estimativas, dos eleitores com renda anual acima de US\$ 100 mil, 52% sufragaram o democrata e 47%, o republicano.

Não é de todo correto afirmar que não pesou a favor de Obama o fato de ser um candidato negro e sim apenas de que havia rejeição anti-republicano. Houve combinação de componentes: brancos e negros, ricos e pobres viram em Obama uma alternativa aos desastres do governo republicano de Bush (favorecimento aos ricos, proteção aos especuladores, queda nos salários, ataque aos imigrantes, crescimento da pobreza, quebra hipotecária, guerra do Iraque e, finalmente, responsabilidade frente à crise que explodiu às portas da votação etc).

Obama e o aparato social-democrata sabiam do ódio a Bush e procuraram responder às aspirações das massas suscetíveis de se opor ao republicano McCain. Iraque? Plano de retirada, mas fortalecimento da intervenção no Afeganistão. Saúde? O sistema privado é inalcançável pelos pobres. Plano de saúde pública. Crise? Ajudar os banqueiros, sim. Mas também à indústria quebrada, como a automobilística. Demissões? Expandir o seguro-desemprego, obras públicas. Internacional? Recuperar a confiança, negociando mais com os adversários (Irã, Síria, Cuba) e sendo mais multilateral.

Estão aí os fatores determinantes, mas o fato de Obama ser negro serviu perfeitamente à situação de crise e de descrença da população explorada na velha oligarquia de políticos que comandam e vão continuar comandando o Estado. Foi sintomática a mobilização da população negra, a mais pobre e oprimida, juntamente com os imigrantes, em torno do carisma de Obama, sustentado numa vasta arrecadação de fundos (US\$ 660 milhões, contra US\$ 238 milhões de McCain) e apoiado em monumental propaganda.

O que esperar?

As eleições são um campo da política burguesa. Democratas e republicanos disputaram o poder do Estado representando os interesses gerais e particulares

da burguesia norte-americana. A classe operária e os demais oprimidos foram arrastados por detrás das candidaturas dos exploradores. Presenciamos um fenômeno político regido por leis econômicas e de classe.

Nas eleições, as massas estão sob a influência e controle da política burguesa e não da proletária. A razão está em que as eleições emanam do Estado burguês, são uma forma de existência republicana do poder de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada e se assentam na propriedade privada dos meios de produção. Portanto, as eleições e todo aparato do Estado que materializa a democracia expressam a ditadura de classe dos capitalistas sobre a classe operária.

Em se tratando do Estado nos EUA e de seu governo, que passará para os democratas, estamos diante não só da continuidade da ditadura de classe da burguesia sobre os trabalhadores norte-americanos, como também da continuidade do domínio imperialista sobre a maior parte do mundo, constituído por países de economia atrasada e semicoloniais.

A esperança de que Obama trará mudanças em favor dos pobres, especialmente dos negros e imigrantes não se concretizará. As ilusões democráticas e sociais que despertam as eleições nas massas são componentes do domínio burguês sobre o proletariado. Junto com Obama, sem que os pobres e negros trabalhadores saibam, são eleitos ministros, secretários, assessores, adjuntos, advogados, economistas etc capitalistas.

Em um país construído sobre a base do capital financeiro, dos monopólios industriais e comerciais, só é eleito o candidato que a burguesia permitir. É uma besteira comparar o negro Obama com o índio Evo Morales, mesmo com o operário Lula, que também foi eleito porque a burguesia brasileira permitiu.

Obama provou ser um homem do capital. Foi formado na escola da política dos democratas, uma variante da burguesia norte-americana imperialista.

As massas esperaram um novo governo que livre o país da crise. Estão iludidas e foram enganadas. Obama continuará protegendo os banqueiros e monopolistas como faz a gestão de G. W. Bush. Descarregará as brutais con-

seqüências da desintegração do capitalismo sobre os explorados. Os negros e imigrantes continuarão a pagar a maior parcela das quebras. Logo ouvirão que é preciso dar tempo ao tempo, que o novo governo não tem como cumprir imediatamente suas promessas, que recebeu o país em crise e que o déficit orçamentário é gigantesco.

A classe operária não tem cor, são homens, mulheres, velhos e crianças servindo à exploração capitalista. A burguesia branca sim é que faz dos pigmentos da pele e da condição de estrangeiros (imigrantes) motivo de classificação, discriminação e de racismo. Obama é um negro a serviço da burguesia branca. Os democratas se valeram de sua cor e de suas origens para dar a Obama qualidades que não tem.

O novo líder dos democratas, por sua vez, soube aproveitar bem de sua condição: não é negro, nem branco, e nem próximo politicamente do que pretendia o pastor negro Jeremiah Wright.

O Presidente Obama emergiu em meio a uma das maiores crises nos EUA do pós-guerra e mundial. Assumirá a tarefa de administrar as tendências destrutivas da anarquia econômica do capitalismo e recompor para a classe capitalista parte da gigantesca riqueza destruída e em vias de destruição. Não poderá assim poupar os explorados e as nações atrasadas. E nem terá como reverter as tendências bélicas do imperialismo, encarnadas pelos Estados Unidos. É fundamental que se entenda que o novo ocupante negro da Casa Branca exercerá não só o poder da burguesia contra a classe operária norte-americana mas também o poder mundial capitalista contra o proletariado internacional, bem como o poder imperialista sobre os países de economia atrasada e semicoloniais.

As duras experiências que virão com a bancarrota do capitalismo e com o governo de Obama mostrarão ao proletariado norte-americano a necessidade de criar o partido revolucionário. A luta de classe se agravará com o desemprego, rebaixamento salarial e aumento da pobreza. Esta é a maior probabilidade. A vanguarda independente da política burguesa e da burocracia sindical tem a tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Posse: Obama Presidente

Em grande festa, no dia 20 de janeiro, Barack Obama substituiu na presidência dos Estados Unidos George W. Bush. A comemoração foi preparada sob a imagem de Abraham Lincoln e Martin Luther King, representando o fim da escravidão e da igualdade entre negros e brancos.

A posse foi concebida como prova de que um negro na presidência significava uma mudança radical da maior potência mundial. Lincoln, responsável pela libertação dos escravos; Luther King pela igualdade racial; e Obama a consolidação de uma América unida frente à crise.

A concorrência massiva ao discurso de posse foi demonstração de que a população não mais suportava o republicano Bush e que espera de Obama um governo melhor para suas vidas. As comemorações se projetaram para todo o mundo, com a mensagem de um novo governo disposto a deixar para trás uma administração odiada por levar os EUA à guerra no Iraque e Afeganistão, legitimado a tortura em Guantánamo, incentivado ódio aos mulçumanos, usado a força militar como principal argumento, deixado a população pobre se afogar na enchente de Nova Orleans etc.

Com Obama e a união de todos americanos, anuncia-se uma nova ordem econômica, social e política. Grandiloqüentes discursos sobre uma “nova independência”, reafirmação do “espírito eterno”, “promessa divina de que todos são iguais”, “nós, o povo, continuamos confiantes nos ideais de nossos ancestrais”, a “América é amiga de cada nação e de cada homem, mulher e criança que busca um futuro de paz e dignidade, e estamos prontos para liderar mais uma vez”. Quanta retórica! Quanta charlatanice!

Mas o fundamental do discurso de Obama está no chamado ao sacrifício dos trabalhadores, frente a uma crise reconhecidamente grave. Exorta a escolha da “unidade de propósito e não o conflito e a discórdia”. Engrandece o “altruísmo dos trabalhadores que preferem reduzir suas horas de trabalho para não ver seu colega perder o emprego”.

A burguesia mundial vê a eleição de Obama em boa hora, uma vez que Bush estava desmoralizado e teria muita dificuldade em impor violentas medidas contra as massas trabalhadoras e contra os países semicoloniais. A saída do Iraque não pareceria como derrota. E se poderão redobrar as forças militares que ocupam o Afeganistão.

A quebra do sistema financeiro, a pré-falência de montadoras, queda na lucratividade e recessão que caminha para a depressão vêm sendo respondidas com histórico endividamento público. A classe operária pagará com demissões em massa e agigantamento do exército de desempregados.

Os exploradores contam com as ilusões despertadas pelo presidente negro para impor medidas antioperárias e sustentar o aumento da pobreza de milhões. A esperança de que Obama se contraporá aos impulsos militaristas dos EUA não se sustentará. A crise alimentará ainda mais as tendências bélicas.

A invasão da Faixa de Gaza por Israel e o cessar fogo unilateral antes da posse de Obama têm sido interpretados como uma ação militar que não contaria com apoio do novo gover-

no. Falso. Obama permaneceu escondido por detrás de Bush. É conveniente iniciar seu governo sem a responsabilidade de apoiar o sionismo.

Os elogios de Raúl Castro de que com Obama Cuba poderá ser respeitada em sua soberania e um acordo de suspensão do bloqueio econômico terá chance de ser assinado obscurece a estratégia do imperialismo de liquidação das conquistas da revolução. A ambígua caracterização de Hugo Chaves de que Obama não deixará de ser representante “do império”, mas que poderá estabelecer um diálogo com a Venezuela, mostra que seu antiimperialismo é retórico.

Obama terá de agir de acordo com a crise que desintegra o capitalismo e de acordo com o domínio dos monopólios da economia mundial. Internamente, os trabalhadores norte-americanos terão de suportar o desemprego, o rebaixamento salarial e a pobreza; externamente, as semicolônias serão chamadas a abrirem ainda mais as portas para o saque.



Multidão no Quênia aclama posse de Obama: ilusões das massas